



<p>Público</p> <p>27-01-2020</p>	<p>Periodicidade: Diário</p>	<p>Temática: Saúde</p>
	<p>Classe: Informação Geral</p>	<p>Dimensão: 1937 cm²</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Imagem: S/Cor</p>
	<p>Tiragem: 31885</p>	<p>Página (s): 1/20/21</p>

Ordem arquivou 861 queixas contra médicos e suspendeu 16

Número de suspensões em 2019 é o mais alto em seis anos. Obstetra de Setúbal enfrenta mais queixas **p20/21**

Ordem arquivou 861 queixas e suspendeu 16 médicos em 2019

Do total de suspensões, 13 aconteceram no Norte e apenas duas no Sul. Maria do Céu Machado, que vai liderar o conselho disciplinar do Sul, herda situação com centenas de processos pendentes

Saúde
Alexandra Campos

Os três conselhos disciplinares da Ordem dos Médicos (OM) decidiram arquivar no ano passado 861 processos e condenar 35 profissionais, 16 dos quais a penas de suspensão, a sanção mais grave a seguir à expulsão. Nenhum médico foi expulso e os outros foram sancionados com as penas mais leves, advertência e censura. Mas 2019 foi, nos últimos seis anos, aquele em que mais médicos foram suspensos pelos conselhos disciplinares, uma espécie de tribunais da OM que apreciam as queixas de alegada má prática, fraudes, abusos sexuais ou reclamações de menor gravidade.

São casos que representam, ainda assim, uma gota no oceano, uma vez que há mais de 50 mil médicos inscritos na OM e as queixas que ali dão entrada são cada vez mais numerosas, sublinham os responsáveis da Ordem. Por ano, há centenas de participações. Os dados de 2019 disponibilizados ao PÚBLICO pelo conselho superior da Ordem – o órgão de recurso – permitem perceber, por exemplo, que as reclamações enviadas pela Entidade Reguladora da Saúde (e que são cerca de um terço do total, porque há também queixas apresentadas pelo Ministério Público, por doentes e até por outros profissionais de saúde) para os três conselhos com funções disciplinares atingiram um número recorde no ano passado. Só a entidade reguladora enviou para a Ordem 700 reclamações em 2019, quase três vezes mais do que em 2015 (259).

A suspensão e a expulsão são as sanções reservadas para casos graves “praticadas com negligência grosseira ou dolo” e em que haja má prática clínica, fraudes, abusos sexuais, segundo o regulamento disciplinar da OM de 2016. Quando um médico é suspenso, não pode exercer durante dias, meses ou ao longo de um período

do que pode ir até aos dez anos. Se for expulso, está impedido de trabalhar durante um período mínimo de dez anos, podendo depois pedir a reinscrição na ordem.

“Felizmente, a maior parte das queixas não têm substrato. E muitas são apresentadas porque as pessoas consideram que estiveram muito tempo à espera [nos hospitais ou centros de saúde] ou porque acham que os médicos não os trataram bem”, explica Fátima Carvalho, presidente do conselho disciplinar do Norte. Recusando que haja corporativismo na avaliação dos casos, apesar de “essa imagem passar frequentemente para a opinião pública”, Fátima Carvalho considera que esta função reguladora é muito importante e acredita que quem está à frente dos conselhos disciplinares tem de ter um pouco de “espírito de missão”. Não é um trabalho fácil, os membros destes conselhos não são remunerados, dispõem de uma parte do seu tempo para poderem apreciar as cada vez mais numerosas reclamações e, afinal, acabam por ter por vezes que acusar e sancionar colegas. “Mas só lá está quem quer [os conselheiros são eleitos]”, lembra a médica.

Auditoria no Sul

Os números não deixam margem para dúvidas: o conselho disciplinar do Norte tem condenado ao longo dos últimos seis anos mais médicos a pena de suspensão, apesar de ter menos profissionais do que o do Sul e muito menos participações. No ano passado, aliás, dos 16 casos de suspensão decretados a nível nacional, 13 tiveram como alvo médicos que trabalham nesta região, apenas dois abrangeram clínicos do Sul e uma no Centro. Não será porque o conselho disciplinar do Norte tem mão mais pesada ou é mais punitivo, enfatiza Fátima Carvalho. O que o Norte não tem é a acumulação de processos que se verifica no Sul nem o atraso que se verifica no do Sul, indicam as estatísticas. O Norte tem vindo a “despachar



Só a Entidade Reguladora da Saúde enviou para a Ordem 700 reclamações, quase o triplo das de 2015

processos com alguma complexidade”, explica ainda a médica.

“Não estou preocupado com o que acontece com os outros. Os processos são diferentes, não sabemos se os casos são mais ou menos graves. Seria preciso fazer uma análise mais detalhada, mais fina [aos casos]”, reage o presidente do conselho disciplinar do Sul, Carlos Pereira Alves, que não se recandidatou no recente processo eleitoral da OM. Mas as deficiências de funcionamento deste conselho ficaram patentes quando foi divulga-

do o caso do obstetra de Setúbal que não detectou malformações graves nas três ecografias efectuadas durante a gravidez de uma mulher. Com várias queixas pendentes desde 2013 (outras, anteriores, tinham já prescrito ou sido arquivadas), o obstetra Artur Carvalho nunca tinha respondido nem contestado as acusações.

Foi porque a mediação do caso suscitou alarme e face ao “desprestígio” que a sua conduta estava a implicar para a profissão, como argumentou então a OM, que acabou por ser suspenso preventivamente durante seis meses. Enviou, entretanto, as suas alegações por escrito, adianta Carlos Pereira Alves. O processo está em curso e Pereira Alves está convencido de que a decisão será tomada ainda antes da suspensão preventiva terminar.

A ex-presidente do Infarmed, a pediatra Maria do Céu Machado, que o vai substituir no cargo, vai herdar uma situação complexa. Há centenas de processos a aguardar decisão e os

de maior gravidade só agora começaram a ser priorizados. Há dias, aliás, o conselho disciplinar do Sul anunciou a expulsão de um médico cubano, Aliesky Vales, que tinha sido condenado no tribunal de Ponta Delgada (Açores) em Janeiro de 2018 a seis anos de prisão por abusar sexualmente de cinco doentes no Hospital do Divino Espírito Santo. Este clínico continuou a exercer e recorreu entretanto para o Tribunal da Relação – que manteve a condenação, encurtando apenas a pena em meio ano. O médico desapareceu, entretanto, sem chegar a responder às questões colocadas pelo conselho disciplinar do Sul.

Foi justamente por constatar que o número de processos entrados nos últimos anos, somado ao elevado número de processos transitado do mandato anterior, e que levou a “um atraso sistemático” na sua análise e resolução, que o conselho regional do Sul avançou com uma auditoria externa ao actual modelo de processo dis-

Obstetra Artur Carvalho já apresentou defesa. Caso deverá ser decidido antes do fim da suspensão



Houve 35 médicos condenados, a maioria com as penas mais leves: a advertência e a censura

ciplinar. O objectivo é “identificar oportunidades de melhoria e implementar um processo optimizado”. A auditoria arrancou no dia 13 deste mês e vai desenvolver-se em três fases ao longo de três semanas.

“Percebo a pergunta [sobre o maior número de condenações no Norte e no Sul], mas não me cabe especular sobre isso”, comenta o presidente do Conselho Superior, José Manuel Silva, que vai também abandonar o cargo no final deste mês. “Sempre que há recursos, nós aplicamos os mesmos critérios”, garante. Uma das atribuições do órgão de recurso é precisamente a de assegurar a uniformidade da actuação dos conselhos disciplinares regionais.

“É importante que se perceba que tipos de penas e de crimes estão em causa”, aconselha Alexandre Valentim Lourenço, presidente do Conselho Regional do Sul da OM. “Muitas denúncias no Sul têm a ver com o mau funcionamento dos serviços de urgência e das maternidades”, diz, notando que as participações nesta região têm tido um crescimento a um ritmo elevado. Na sua opinião, 30 dias de suspensão deve ser o mínimo que será “lícito” aplicar em casos de alguma gravidade. No Norte, houve no ano passado médicos suspensos por poucos dias. “Compete ao conselho superior fazer um apanhado das várias penas e ver se estão harmonizadas e adaptadas aos crimes em causa”, defende.

acampos@publico.pt

Bebé que nasceu com malformações graves resiste e fará quatro meses em Fevereiro

Alexandra Campos

Contra todas as expectativas e um prognóstico inicial que lhe dava poucos dias de vida, Rodrigo, o bebé que nasceu sem globos oculares, sem nariz e sem uma parte do crânio no hospital de Setúbal, malformações que não foram detectadas nas três ecografias efectuadas durante a gravidez, sobreviveu e completará quatro meses no início de Fevereiro.

Acompanhado por uma equipa de cuidados paliativos e por vários especialistas em neurocirurgia, neurologia e oftalmologia, “está a aguentar-se miraculosamente”, diz a madrinha, Tânia Contente.

Rodrigo respira pela boca e não tem tido necessidade de suporte ventilatório. Os médicos chegaram a pensar que não ouvia, mas já colocam a hipótese de ele ter capacidade de audição, porque se “sobressalta sempre que há ruídos mais estridentes”, descreve a madrinha. Sem osso numa parte do crânio, onde se se vai acumulando uma bolsa de líquido, sem uma parte do cérebro, Rodrigo resiste. Os especialistas vão fazer uma nova avaliação da situação da criança em breve. “Já tinha perdido a esperança, mas



Legenda para fotografia que

voltei a recuperá-la. Os prognósticos eram terríveis no início, mas agora os médicos não arriscam mais. Vamos ter de esperar dia a dia”, diz Tânia Contente.

O inquérito que foi aberto pelo Ministério Público depois de a família ter apresentado queixa prossegue. “Eu ainda não fui ouvida, mas parece que está já na fase final”, refere a madrinha da criança. Suspenso preventivamente da actividade pelo conselho disciplinar da Ordem dos Médicos, o obstetra que não conseguiu detectar as malformações graves durante a gravidez, Artur Carvalho,

nunca tentou contactar a família de Rodrigo. A última vez que os familiares do bebé o viram foi no dia do parto. “Ele chegou, pediu desculpa e foi trabalhar”, recorda Tânia Contente.

Ao conselho disciplinar do Sul da Ordem dos Médicos continuam entretanto a chegar queixas contra o obstetra, mas é difícil apurar quantas são no total. “Não sei se as queixas que têm chegado têm alguma coisa a ver com as anteriores”, justifica o presidente do conselho regional do Sul, Alexandre Valentim Lourenço, que lembra que algumas das participações contra o obstetra prescreveram ou foram arquivadas entretanto. Uma das queixas, aliás, foi arquivada também pelo Ministério Público.

Em Dezembro, o bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, actualizou os dados no final de uma audição na Comissão Parlamentar de Saúde. Nessa altura, contabilizou, o obstetra tinha 14 queixas em averiguação no conselho disciplinar do Sul.

Quando o caso de Rodrigo foi divulgado, havia cinco inquéritos pendentes contra Artur Carvalho, um dos quais remontava a 2013. O bastonário explicou então que desconhecia o teor das queixas que foram chegando.